

Angela Duarte Damasceno Ferreira,
Alfio Brandenburg, Almir Sandro Rodrigues
Eduardo Britto Santos, Gustavo Pinheiro e
Osvaldo Heller da Silva

Resistência e empoderamento no mundo rural

Introdução: as lutas dos rurais

Ao longo de nossa história, o campesinato mostrou seu inconformismo com as regras desiguais de distribuição da terra e meios de produção e sua busca obstinada por espaços de vida, de trabalho. Por meio de movimentos e lutas violentas ou estratégias de migração, de ocupação das fronteiras e recusas silenciosas aos ditâmes hegemônicos que tendiam a subordiná-los, suas lutas entrelaçaram a necessidade de sobrevivência e o projeto de se reproduzir como agricultores familiares, possibilidade sempre perseguida pelo que representa de autonomia, apesar de limitada.

Angela Duarte Damasceno Ferreira, Alfio Brandenburg e Osvaldo Heller da Silva são professores da UFPR (angeladdferreira2@terra.com.br); Almir Sandro Rodrigues, Eduardo Britto Santos e Gustavo Pinheiro são mestres em sociologia pela UFPR.

Entre os inúmeros que deixaram de ser camponeses ou agricultores familiares, uma parcela persiste e continua sendo protagonista das suas histórias e da história do país, surpreendendo os que não esperavam dos rurais, nos tempos da urbanização planetária, vozes tão fortes e contestatórias nem ações tão inovadoras nas suas estratégias de reprodução social e na construção de seus projetos de vida.

Se os agricultores familiares, principais atores do rural brasileiro, são minoritários na composição demográfica e ocupacional do país, sua importância social, econômica e cultural é significativa, como demonstram os quase incontáveis estudos já realizados sobre eles. Mas é nesta construção de estratégias de *ganhar poder* nos seus espaços de vida e de atuação, criando alternativas ao que lhes é imposto, que os agricultores familiares têm afirmado sua singular relevância no cenário nacional. Graças a essas estratégias e ao seu protagonismo, grupos destes agricultores têm contribuído para a revitalização dos espaços rurais e reconstrução da ruralidade, ressignificando o que é viver no rural pelas sociabilidades que mantêm e constroem, pelas referências ambientais de que se apropriam e pela sua inserção num projeto societário de sustentabilidade e de desenvolvimento solidário.

Os casos analisados neste trabalho ilustram esse processo. Fundamentam-se em pesquisas realizadas no estado do Paraná e revelam algumas formas de protagonismo de agricultores familiares: a formação da Rede Ecovida de Agroecologia como experiência coletiva que se realiza nos projetos individual-familiares dos agricultores que a compõem; as estratégias de ocultamento e as novas práticas produtivas adotadas por agricultores para se contraporrem às visões dominantes sobre meio ambiente, em uma Área de Proteção Ambiental (APA); a criação da Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), pensada como uma nova forma de associativismo sindical dos agricultores familiares. Embora diferentes, essas experiências mostram formas de *ganhar poder* ou

empoderamento dos rurais na construção de suas estratégias de reprodução social e na luta contra os limites impostos pelos modelos hegemônicos de sociedade, de ruralidade e de agricultura às suas atividades e projetos; e na revalorização da identidade de agricultores, à qual se acresce uma nova configuração identitária – a de atores do desenvolvimento sustentável.

O empoderamento dos agricultores e a reconstrução do rural

As macroabordagens teóricas que nortearam nossos estudos e seus métodos foram distintos, já que não se trata de uma investigação única, mas de três pesquisas distintas, conduzidas separadamente. São, no entanto, fruto de uma mesma perspectiva sobre o rural em geral e mais especialmente sobre o rural brasileiro. Esta perspectiva vê o rural como parte integrante do desenvolvimento que, “longe de passar pela ignorância de um rural fadado a desaparecer e a se dissolver no urbano, supõe duas dinâmicas paralelas, uma rural, outra urbana, complementares e construindo-se e desconstruindo uma à outra” (Jollivet, 1997: 10). Um rural em relação contínua com o urbano com o qual partilha semelhanças e continuidades, mas cujo processo de inter-relação e interpenetração não destrói as suas particularidades nem representa seu fim; ao contrário, trata-se de um rural que atualmente se constitui como espaço específico da vida cotidiana e como ator coletivo num âmbito mais amplo de intercâmbios sociais (Wanderley, 2001). Uma perspectiva, portanto, em que o rural é reconhecido como “um conjunto de características materiais e imateriais com uma singularidade e dinâmica específica, mesmo se articuladas integralmente ao ‘mundo urbano’, no âmbito de um território concreto ou imersa nos processos, redes e símbolos mais gerais da urbanidade. Não se trata de sociedades rurais de caráter totalizante, não se trata de autonomia do rural em relação ao urbano: o modelo analítico propõe a interdependência, a comunicação, a complementaridade” (Ferreira, 2002). É essa perspectiva sobre o rural que abre a possi-

bilidade de se identificar uma reconstrução do rural em curso. No nosso caso, essa abordagem evidencia também que a agricultura, especialmente a agricultura familiar, é definidora importante do espaço rural no Brasil. Parafraseando Lamarche (2000), “pode-se dizer que o rural brasileiro se define pela agricultura, mas não apenas por ela” (Ferreira, 2002), uma equação que é distinta segundo a região ou o território em análise.

Uma outra identidade comum aos três estudos aqui apresentados tem a ver com o tipo de referencial teórico de que partem. Referenciam-se em teorias distintas no que diz respeito à relação indivíduo-sociedade, ao lugar da liberdade da ação individual-grupal no âmbito da sociedade contemporânea: no primeiro caso a ser apresentado, os referenciais foram os textos de Alain Touraine posteriores a 1980 e, nos outros dois casos, a obra de Bourdieu. No entanto, ambas perspectivas analíticas se afastam tanto da noção da determinação das estruturas objetivas sobre as relações sociais, quanto da interpretação que considera o livre jogo dos indivíduos e de suas subjetividades na construção da sociedade. Estas posições polares que balizam uma antiga controvérsia das Ciências Sociais acabam por aprisionar os indivíduos: ou negam sua possibilidade de reflexão, de aprendizado e de serem ativos e capazes de mudarem a história; ou tratam as estruturas como mero palco onde as ações são negociadas e os sentidos formados – os indivíduos ficam assim envolvidos numa espécie de *dever de ação* que os responsabiliza por todo o devir das suas vidas e da sociedade (Herrick, 1995).

Assim, os quadros analíticos aqui adotados reconhecem que os limites da ação humana estão dados pelas forças que pré-configuram a sociedade em termos de classe, raça e gênero. Mas partem igualmente do entendimento de que tais limites não impedem que essa sociedade, para além das grandes transformações históricas por que passa, possa ser reconfigurada, a partir de seus espaços comunitários e locais, por novos modos de interação gestados por

ações coletivas dos destituídos do poder hegemônico que o capitalismo engendrou. Entre reprodução e mudança, há as estratégias, as construções dos atores-agentes, as suas lutas. O que distingue tais quadros analíticos é a concepção das formas de se gastar tais ações que transformam a sociedade e suas potencialidades.

Além disto, as três pesquisas compartilharam a mesma perspectiva sobre a produção do conhecimento científico e sobre a interação entre ciência e sociedade. Sobretudo privilegiaram métodos e técnicas participativas e o objetivo de facilitar e promover o acesso dos agricultores e suas organizações aos resultados da pesquisa. Isto também foi importante para se poder fazer uma análise conjunta dos seus resultados.

Partindo dessas aproximações, considerou-se que tal olhar *a posteriori* sobre os casos estudados poderia ser realizado. Ao perceber o tipo de protagonismo que analisavam – e que será apresentado nos itens subseqüentes – uma noção pareceu útil para pensar as três experiências: trata-se da noção de *empoderamento* (*empowerment*).

O conceito-estratégia-técnica de *empoderamento* tem sido amplamente utilizado nos países anglo-saxônicos com conotações distintas e usos generalizados. Conforme estes usos, é o conceito que denomina concepções sobre os mecanismos de acesso ao poder de indivíduos, grupos, categorias sociais ou coletividades para intervir em instituições, programas ou contextos sociais que dizem respeito às suas vidas e à sua história. Em outros usos, engloba as estratégias ou técnicas para a realização do próprio processo de obter, construir este poder.

De uma forma mais geral, é uma *noção em uso* com diversos sentidos nem sempre explicitados. O uso dessa noção é ainda restrito no Brasil, especialmente nas ciências sociais, embora ela seja bastante empregada pelos que estudam a promoção da saúde, educação, gênero e gestão de empresas,¹ como demonstra qualquer levantamento nos principais *sites* de catalogação de revistas do país.²

Suas origens remontam a meados do século XVII na Inglaterra em que a palavra *empower* é empregada com o significado legal de “investir de autoridade, autorizar”. Desde então, tem sido usada em vários outros domínios para significar “tornar capaz ou permitir”. Foi bastante usada e difundida em diferentes movimentos de luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, significando a capacidade de lutar pelo acesso ao poder na forma de igualdade de direitos (Dictionary, 2003<http://www.empowermentillustrated.com>). Também nos EUA e Canadá surgiu seu desdobramento mais recente na palavra *empowerment*, durante a década de 1970, como processo, abordagem, método, além de guardar a idéia de resultado a atingir. Carla Pinto (1998), assinalando a recente utilização da noção em Portugal, afirma que desde os anos 1980 a abordagem de *empowerment* passou a ser dominante no serviço social. Provavelmente a autora se refere ao trabalho social norte-americano (EUA e Canadá). Foi ainda nessa década que a abordagem passou a ter grande influência nos estudos e práticas de saúde comunitária e pública, na educação, nos estudos e organizações feministas, na psicologia social, nos estudos das organizações e movimentos ecológicos, de defesa dos direitos dos homossexuais, de grupos étnicos e em outros movimentos pelos direitos de cidadania. Na década de 1990, o uso passou a ser bastante difundido como método na gestão de empresas e nas instituições públicas norte-americanas. Há programas de *empowerment* na ação pública setorial.³

A generalização da aceção de *empowerment* foi acompanhada da sua apropriação pelos mais distintos fóruns e objetivos, como se assinalou anteriormente. Trata-se assim de uma noção polissêmica que serve a propósitos distintos.

A primeira noção é a que dá legitimidade às iniciativas governamentais para descompromissar o poder público de parte de suas atribuições, conferindo “poder” às comunidades locais para resolverem seus próprios problemas. Nesse sentido, é usado como método ou estratégia e constitui uma forma de descentralizar a admi-

nistração pública ou empresarial, sem distribuir o poder efetivo, mas abrindo as portas para o compromisso da população com o sucesso e responsabilidade com o insucesso.

A literatura define essa forma de *empowerment* como individual ou psicológica, já que implica um “sentimento de maior controle sobre a própria vida que os indivíduos experimentam através do pertencimento a distintos grupos e que pode ocorrer sem que seja necessário que as pessoas participem de ações políticas coletivas. Influenciando esta formulação, encontramos uma perspectiva filosófica individualista que tende a ignorar a influência dos fatores sociais e estruturais; uma visão que fragmenta a condição humana no momento em que desconecta, artificialmente, o comportamento dos homens do contexto sociopolítico em que eles encontram-se inseridos” (Carvalho, 2004: 6).

Como analisa Herrick (1995), nessa perspectiva todos os indivíduos devem desenvolver suas próprias habilidades para dar conta de suas necessidades e devem ser *empowered* (ganhar poder) para tanto. É evidente que esse poder será limitado pelo fato de nossa sociedade fundamentar-se num desigual desenvolvimento dessas “habilidades” e na dominação de uns sobre outros, o que preconditiona qualquer possibilidade de que o poder outorgado possa, de fato, criar condições sociais alternativas.

A segunda noção foi a que fez caminho entre os movimentos sociais, tomando dois tipos de conotação: a) a abordagem que pressupunha a capacidade de os destituídos de poder se organizarem e “se desvencilharem de condições opressoras, percorrendo o processo da sua própria libertação, e a sua capacidade em se re-definir e em re-encontrar a sua identidade” (Pinto, 1998); e b) a concepção que denominava um conjunto de estratégias e métodos de intervenção que visavam provocar a reflexão sobre a subalternidade e alienação e, ao mesmo tempo, construir redes de auto-ajuda e iniciativas de base comunitária que fornecessem serviços ou formação aos seus participantes.

Com essa idéia de tomar como ponto de partida as discussões comunitárias, as iniciativas locais de agregação – mas também, em seguida, fóruns mais amplos –, a noção e métodos de *empowerment* são vistos como inspirados nos movimentos de reação não violenta, especialmente nos escritos e práticas de Ghandi e da Teologia da Libertação (Pinto, 1998). Há um reconhecimento da importância de Paulo Freire como referência teórica e metodológica da noção e métodos de *empowerment*, incentivando a introdução recente do estudo das principais obras do autor em universidades canadenses e dos EUA, em cursos de Serviço Social e de Sociologia.⁴ É principalmente ressaltada sua perspectiva, baseada no marxismo, da “reflexão-ação contínua, no qual não se deve cair nem no verbalismo sem ação, nem numa atividade frenética sem que se pare para se refletir sobre ela” (Pinto, 1998).

Muitos estudos e ações setoriais têm se apoiado nessa acepção de *empowerment*, propondo a noção de *empowerment comunitário* para diferenciá-lo da noção precedente. Como assinala Carvalho (2004: 8):

no processo de ressignificação e repolitização do sentido do *empowerment*, essa abordagem trabalha com o conceito de poder como um recurso, material e não-material distribuído de forma desigual na sociedade, como uma categoria conflitiva na qual convivem dimensões produtivas, potencialmente criativas e instituintes, com elementos de conservação do *status quo*.

Assim, nessa acepção de *empowerment* o que está em foco é a mudança social colocada na escala da vida cotidiana, como resultado da criação de relações sociais de simetria (grupos, associações, redes) por meio das quais abre-se a possibilidade de ganhar poder, de estabelecer relações de poder para criar alternativas – “o que deveria ser” para mudar “o que é” (Herrick, 1995). Nas práticas aqui compreendidas, estão a criação de espaços de discussão e troca de conhecimentos que tanto levam à valorização da identidade grupal como abrem a possibilidade de se estabelecer estratégias de contraposição ao sistema ou modelo de políticas que exclui e marginaliza, colocando em processo o poder de construir a

alternatividade. A idéia que permeia essa noção de *empowerment* é a de que não basta adquirir poder para ser exercido *fora* do grupo: deve-se priorizar ao mesmo tempo a mudança das relações intersubjetivas *dentro* do grupo, de modo a favorecer a simetria intragrupal.

Mais recentemente, no âmbito dos movimentos antiglobalização, retomou-se a idéia de *empowerment* nesse sentido – de efetivar a democratização do poder intragrupal como forma de possibilitar o protagonismo e luta para mudanças maiores. Num livro recente no qual se diz “herdeiro de Seattle”, dos movimentos antimundialização e das novas lutas contra a dominação, Pignarre e Stengers (2005) inserem a noção de *empowerment* na sua abordagem filosófica sobre o capitalismo contemporâneo e sobre a resistência ao que chamam de “feitiçaria capitalista”. A noção de *empowerment* é tomada pelos autores como técnica – uma provocação, dizem eles – contra a oposição entre conhecimento e técnica. Os autores querem mostrar, numa perspectiva pragmatista, que há técnicas de manipulação e técnicas que favorecem a adesão, mas também existem as técnicas que lhes são contrárias e favorecem a reflexão e a mobilização.

Para chegar a essa assertiva, Pignarre e Stengers fazem uma interessante discussão sobre a importância social e não psicológica do processo de *empowerment* e o percebem como um exercício de pragmatismo que transforma a submissão, o conformismo e o mal-estar no mundo em força que obriga a pensar-sentir-agir. Para eles, não se trata de “motivar” as pessoas sem poderem ser ativas e se responsabilizar. Tampouco se trata da dimensão neoliberal que se atribuiu ao termo:

no sentido de desfazer procedimentos pesados e conservadores que entravam a possibilidade de que os ‘verdadeiros atores’ se beneficiem das oportunidades que a situação lhes oferece [...] possibilitando que as ‘partes interessadas’, enfim liberadas das limitações estatal-administrativas, possam chegar a um acordo para melhor defender seus interesses respectivos... (Pignarre e Stengers, 2005: 180).

Ao contrário, essa técnica – ou estratégia, poder-se-ia dizer – , que tem a qualidade de ser sempre reinventada em cada grupo, torna possível o estabelecimento de um espaço de relações simétricas para se colocar questões e pensar. O objetivo implícito dessa técnica seria a de criar, em cada situação concreta, a possibilidade de ouvir e apreender, de gerar confiança e identificar as brechas para a ação, propiciando a apropriação do poder de transformação, sem atribuí-lo a cada membro do grupo, individualmente, mas ao coletivo, “e de honrar a mudança como criação...” (idem: 195). Trata-se de:

aprender a resistir coletivamente à submissão, mas sem sucumbir à armadilha do coletivo impositivo; de criar as alternativas não violentas de mudança nos momentos e brechas em que suas forças são suficientes para tal, como as ervas que crescem nos mínimos interstícios são capazes de deslocar o cimento, de quebrar o concreto (idem: 185).

Essas duas últimas perspectivas de *empowerment* – empoderamento comunitário e empoderamento como “técnica” ou estratégia que prepara o grupo para o enfrentamento e a construção da alternatividade – parecem-nos perspectivas que podem articular a reflexão sobre os três casos que resumidamente apresentamos a seguir. Buscou-se averiguar em que medida as lutas e as estratégias de construção de alternativas que esses agricultores engendram têm se constituído em processo de empoderamento: como suas ações os transformam individual e coletivamente, fazendo-os protagonistas da reconfiguração do rural em que vivem e participantes da elaboração de um projeto-utopia alternativo de uma sociedade sustentável .

Agricultor familiar e projeto de vida vinculado à agroecologia

Nesse primeiro caso, a pesquisa teve o propósito de estudar as práticas agroecológicas dos agricultores familiares em um projeto coletivo de agroecologia – a Rede Ecovida de Agroecologia – que se constituiu no Sul do país como alternativa social e ambiental à agricultura convencional. A investigação se realizou junto aos agri-

cultores de um dos núcleos dessa rede – o Núcleo Regional Maurício Burmester do Amaral – em um universo de 181 famílias associadas, da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), dos Campos Gerais e do Litoral do estado do Paraná.

A criação da Rede Ecovida de Agroecologia deve ser entendida como resultado de uma articulação em torno das reivindicações de agricultores alternativos e ecológicos que vêm buscando legitimar suas práticas em oposição ao modelo tecnológico convencional. Inicia-se em Santa Catarina a partir de um debate sobre a formação de um instrumento para certificação participativa que funcionasse como uma alternativa efetiva à certificação por auditoria, tendo em vista que esta não contemplava os interesses dos agricultores familiares e suas associações. A partir de 2000, agregam-se outras instituições existentes nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, constituindo assim um espaço de articulação entre agricultores, organizações de assessoria e pessoas envolvidas com a produção, processamento, comercialização e consumo de produtos ecológicos.

Recorde-se que, à semelhança do que ocorrera no restante do país, nos três estados do Sul, o processo de modernização da agricultura desencadeou um processo de mudanças radicais no formato tradicional de produção agrícola a partir da implementação de um novo modelo produtivo, denominado comumente de modelo agrícola produtivista ou agricultura convencional. Os altos custos sociais, como pauperização e exclusão social, degradação ecológica e produtiva, gerados por esse tipo de agricultura, já foram objeto de inúmeros estudos e são amplamente conhecidos.

A necessidade de sistemas alternativos à agricultura convencional fez surgir, em diferentes países e com distintas denominações, sistemas produtivos de outra natureza. No Brasil, a agricultura orgânica acabou sendo a mais divulgada, principalmente devido à atuação de técnicos que assessoravam os diferentes movimentos de pequenos agricultores. Quando o Ministério da Agricultura insti-

tuiu a regulamentação desses sistemas alternativos, o termo agricultura orgânica, por ser justamente o mais utilizado pelos técnicos, tornou-se a denominação oficial de todas as práticas que anteriormente se designava por agricultura alternativa e ecológica.

A partir da criação da Instrução Normativa do Ministério da Agricultura IN-007/99 foi impulsionado no país o movimento por uma agricultura não convencional, observando-se um salto na produção desse tipo de agricultura a partir de 2000. Notou-se, no entanto, que novos produtores, ao mesmo tempo que aderiram ao sistema de produção alternativo, não compartilhavam dos princípios ecológicos que sustentavam inicialmente tal movimento. Assim, a ampliação do mercado dos produtos ecológicos e a crescente divulgação da agricultura orgânica incentivaram práticas agrícolas e organizativas que não eram tidas como adequadas pela maioria dos produtores familiares engajados na proposta de alternativa. Além de não atenderem aos requisitos mais amplos de preservação ambiental, não mantinham a perspectiva ampla do início do movimento: uma perspectiva que articulava as dimensões econômica, tecnológica, social e cultural envolvidas na atividade agrícola e ostentava conteúdo de oposição à exclusão e às desigualdades sociais características da agricultura convencional.

A institucionalização da certificação por auditoria, à margem do processo já existente nos grupos de agricultores ecológicos, foi um dos motivos para a reorganização desses atores em torno de uma nova proposta de produção, certificação e comercialização de produtos com o diferencial ecológico. Resultado dessa rearticulação, a Rede Ecovida de Agroecologia irá apresentar um projeto que se opõe à agricultura convencional e às suas consequências sociais e ambientais, mas de maneira diferenciada da agricultura orgânica. A análise que realizamos demonstrou a existência de novas práticas agrícolas baseadas em princípios intrinsecamente ecológicos que não somente diminuiram os danos ambientais como propiciaram a reorganização do movimento de agricultores ecológicos.

Esses novos atores organizam-se em torno de uma proposta diferente, recuperando os princípios e antigas reivindicações dos movimentos ecológicos, como a diminuição no custo da produção e maior autonomia dos agricultores, aliando a busca por sustentabilidade social à ambiental. Assim, a criação da Rede Ecovida de Agroecologia pode ser entendida como a recriação de um movimento histórico que encontrou na agroecologia os elementos necessários à sua reconstrução. No âmbito coletivo, desenvolve-se como uma nova alternativa de fazer com que a agricultura não se restrinja aos aspectos técnicos e agrônômicos, mas que enfatize a construção de um ideal social centrado em novos formatos de relações sociais, menos hieraquizados e mais solidários. Inclui uma diversidade de atores – agricultores ecológicos, técnicos e consumidores – articulados em torno de um projeto de sociedade.

Como estratégia organizacional e de gestão, a Rede Ecovida desenvolveu um sistema descentralizado no qual os grupos de agricultores de uma determinada localidade formam um Núcleo Regional com, no mínimo, três famílias. Pode incluir outras instituições como cooperativas e ONGs atuantes na localidade. Uma vez ao mês todas as famílias devem visitar a propriedade de uma delas. Essa dinâmica faz com que os agricultores de uma mesma região passem a agir de forma mais integrada, compartilhando idéias, técnicas, problemas, soluções etc. Durante essas reuniões e visitas mensais, inicia-se o processo de certificação participativa e troca de experiências mais sistemática entre os agricultores. Com esse processo, os agricultores vizinhos estão constantemente acompanhando e “inspecionando” as propriedades do grupo. No entanto, no momento da visita para a certificação participativa, somente realizam a inspeção agricultores pertencentes a outro grupo filiado à rede. O fato de uma propriedade jamais ser certificada pelas famílias do mesmo grupo, além de aumentar a credibilidade do processo de certificação, permite o intercâmbio de experiências entre os diferentes grupos.

A construção de um projeto coletivo com múltiplas racionalidades e que não se restringe à dimensão da racionalidade econômica⁵ é o grande diferencial desse novo movimento, sendo tal aspecto o que permite a construção de projetos de vida individuais no seu âmbito. Entendida como um ideal a ser conquistado, uma utopia, a agroecologia tem sua importância como referencial de futuro, como parâmetro para as práticas do presente, tornando possível a realização, em diferentes graus, de um ideal coletivo, através da construção dos projetos de vida dos atores sociais que se agregam em torno de seus ideários.

A construção desse tipo de projeto ocorre quando o ator se institui como sujeito integrando identidades e técnicas que lhe auxiliem na tarefa de modificar o meio em que se insere, transformando suas próprias experiências de vida como afirmação da sua liberdade:

Trata-se de um trabalho nunca terminado, nunca completamente realizado, para unir o que tende a se separar. Na medida em que o sujeito se cria, o ator social fica centrado em si mesmo e não mais na sociedade; é definido por sua liberdade e não mais por suas funções (Touraine, 1996: 172).

Nessa perspectiva, o sujeito identifica-se com um princípio moral, em ruptura com a moral do dever que associa a virtude à realização de uma função social que lhe é imposta.

O sujeito, assim, constrói-se pela crítica e rompimento com uma função designada socialmente. Este rompimento, que permite ao ator tornar-se sujeito, ocorre por meio da busca da realização de seu projeto de vida que não tem espaço no cumprimento do “dever social”. Assim “o ‘projeto de vida’ é um ideal de independência e responsabilidade que se define mais pela luta contra a heteronomia, imitação e ideologia do que por um conteúdo” (ibidem; grifo do autor). Para que o ator social se realize como sujeito, ele necessita de um projeto com três elementos indispensáveis: a resistência à dominação, a luta pela liberdade e o reconhecimento do outro como sujeito. Esta realização se torna possível somente no momento em que este ator assume maior autonomia na

implementação de seu projeto individual. Um projeto que se constrói coletivamente como alternativa e se insere como uma nova dinâmica no seu próprio espaço de vida, alimentando, assim, o projeto comum com suas marcas específicas.

Os agricultores familiares são atores centrais na composição da rede. Mesmo em sua diversidade, tais agricultores, nesse caso, são portadores de um projeto comum. Como coloca Wanderley, “nas sociedades modernas, o meio rural, longe de perder sua significação e de diluir-se em uma homogeneidade social urbana, reitera suas particularidades, afirmando-se enquanto um espaço singular e um ator coletivo” (Wanderley, 2002: 32). Justamente a singularidade do rural é o que permite a construção de um projeto alternativo em comum dos agricultores ligados à Rede Ecovida.

No caso estudado, o mundo rural é entendido como um espaço de vida que, por suas características singulares, permite a realização dos atores em questão como sujeitos. A unidade de produção familiar é uma unidade de vida; os agricultores pensam a gestão da propriedade a partir de várias racionalidades e não exclusivamente pelo cálculo econômico. Essa perspectiva, constituinte da lógica da agricultura familiar, permite que os agricultores se identifiquem com os princípios da agroecologia e nela encontrem respaldo para um projeto de vida composto por várias dimensões não exclusivamente determinadas pela lógica de mercado, como encontrado em outras formas sociais da produção agrícola.

Existem, entre os agricultores, diversas maneiras de relacionar tais dimensões, de modo que cada projeto de vida mostra peculiaridades próprias no processo de satisfação de necessidades e motivações da família. O espaço de autonomia e realização dos atores com respeito aos ditames de sua inserção no mercado é frequentemente redefinido e o projeto está em constante transformação. Sua construção configura-se assim em uma reivindicação de uma vida na qual é possível relacionar a racionalidade econômica às subjetividades dos anseios individuais-familiares dos atores.

Ao construírem seus projetos de vida segundo princípios da agroecologia, tais agricultores reatam laços de solidariedade e relações com a vizinhança e com sua localidade, por meio de práticas que estimulam um novo tipo de organização social, descentralizada e participativa, e resgatam antigas formas de relação com a natureza.

Ao recuperarem antigas práticas produtivas associando-as às novas tecnologias da agroecologia, os atores se voltam para a reapropriação de saberes que se perderam com o processo de modernização agrícola. Fundamental nesse processo é o resgate de um vínculo com a terra, no qual a natureza é entendida como uma aliada e não apenas como um meio natural necessário à produção.

O projeto ligado à agroecologia permitiu a esses atores sociais realizarem-se como sujeitos na medida em que assumem as rédeas das suas próprias vidas. É nessa perspectiva que se recorre à idéia de Touraine segundo a qual o ator se constrói ao se contrapor a uma posição social definida funcionalmente. Também é nesse sentido que entendemos o ideal de independência do ator muito mais pela luta contra a imposição exterior do que por um conteúdo específico. A prática agroecológica dos agricultores da Rede Ecovida pode ser definida como um projeto agroecológico de vida que encerra sua possibilidade de realização na reivindicação de (re)assumirem sua autonomia, mesmo parcial e relativa. Nesse sentido, observamos que os agricultores da Rede Ecovida ganham poder, se empoderam, como grupo, de um projeto coletivo de resistência e luta que se concretiza na vivência de seus projetos individuais-familiares.

No entanto, a implementação de um formato decisório mais democrático não implica a inexistência de tensões internas. Pelo contrário, há uma grande divergência de interesses no que Scherer-Warren denominou novo campo político-cultural, particularmente visível em redes que ampliam "(...) também espacialmente as relações entre os atores, conectando o local com o nacional e o

transnacional.” (1999: 60). Tal amplitude geográfica, aqui nesse caso incluindo toda a região Sul, potencializada pela diversidade existente na base do movimento agroecológico, permite uma divergência muito grande de interesses e opiniões, sobretudo no que se refere a questões macrosociais. Em caso de divergências, cada núcleo dispõe de autonomia decisória, desde que essa não entre em conflito com as diretrizes gerais da Rede.

Esse formato contempla a diversidade de interesses regionais e permite uma organização mais horizontalizada e, assim, mais democrática, mas não elimina assimetrias no exercício do poder intrarede. Os técnicos que participam de todo o processo, ao possuírem um saber especializado, acabam tendo melhores condições para demonstrar e defender suas idéias e perspectivas. Desse modo, desempenham papel mais ativo no desenvolvimento das normas que regem o projeto do que os grupos de agricultores. Este fato não impede que o processo ocorra de forma participativa, embora se possa afirmar que a participação dos técnicos nessa construção seja diferenciada daquela que os agricultores realizam. De difícil solução, esse problema não é exclusivo do movimento em questão e somente pode ser minimizado por uma ação pedagógica que permita a formação de bases mais qualificadas e aptas ao processo participativo.

Os agricultores familiares em Área de Proteção Ambiental

A segunda pesquisa teve por objetivo analisar as características do processo de reprodução da agricultura familiar que se desenvolve em áreas protegidas por legislações ambientais – no caso estudado, a comunidade de Batura, na APA de Guaraqueçaba, Paraná. Com base na análise de suas especificidades, buscou-se compreender como os agricultores dessas áreas asseguram a sua reprodução social: a) por meio do patrimônio sociocultural que herdaram e b) mediante conflitos, ajustes e transformações experimentados em seu modo de vida ao longo da sua trajetória, inclusive diante

das novas restrições trazidas pela legislação ambiental a partir de 1985, quando foi criada a APA.

O trabalho visava verificar até que ponto a criação de instrumentos de controle sobre o uso dos recursos naturais significaria uma nova subordinação dos agricultores em consequência das restrições que tais instrumentos impõem a suas atividades produtivas e a seu modo de vida. Dito de outro modo: desse fato estaria emergindo o segundo bloqueio ao desenvolvimento da agricultura familiar como organização social (como formato organizacional da produção e como organização social no sentido mais amplo)?⁶ Os agricultores familiares estavam se contrapondo a essa situação? De que maneira?

Para analisar essas questões, partiu-se do seguinte pressuposto geral que norteou nossas investigações sobre o mundo rural e seus atores: o rural se reconstrói diante de contextos sociais e políticos diversos, tendo em vista que os agricultores familiares são “sujeitos sociais” ativos, capazes de inovar suas ações por meio de estratégias reprodutivas para fazer face à redefinição sociopolítica que o espaço em que vivem suscita.

Para entender como é o rural em consequência das restrições ao uso dos recursos naturais, levantamos a hipótese segundo a qual a manutenção de práticas tidas como tradicionais (patrimônio sociocultural,⁷ mantido pelo capital social⁸ das primeiras famílias que chegaram à comunidade rural de Batuva) e a incorporação de técnicas de base ecológica são resultado da capacidade de adaptação da agricultura familiar a contextos sociais, políticos e econômicos diversificados. Essa capacidade seria, por sua vez, atualizada pelo senso prático⁹ uma vez que, de posse de um capital técnico ou capital de saberes¹⁰ acumulado com as situações novas que vivenciam, os agricultores familiares podem associar as novas práticas às formas mais tradicionais de reprodução. Nesse processo, eles reconstróem sua identidade, atualizando-a com uma referência ambiental.¹¹

Uma das práticas mais tradicionais dos agricultores de Batuva, como ocorre na agricultura familiar em geral, é o plantio e outras práticas para autoconsumo. Em APAs, a permanência das atividades mais próximas de um modelo de agricultura de subsistência é legitimada pela lei que as constitui. No seu texto, a legislação já inclui o respeito às atividades dos agricultores “tradicionais”. No entanto, na APA de Guaraqueçaba, as autoridades gestoras e fiscalizadoras têm dificuldades em reconhecer os requisitos necessários à efetiva realização dessas práticas. Devido à exigência de autorização para desmate (quando a vegetação atinge uma altura de 20 cm) e ao processo burocratizado dessa autorização, o plantio é prejudicado tanto por perder épocas adequadas do calendário agrícola local como por impedir o ciclo de expansão-retração das áreas de plantio, dependentes do próprio ciclo demográfico da família. Ao mesmo tempo, a técnica tradicional de reposição da fertilidade da terra – o pousio – se inviabiliza. Além dessas, as severas restrições ao extrativismo e à caça – elementos fundamentais do autoconsumo dos agricultores – dificultam a reprodução da força de trabalho familiar.

A resposta silenciosa dos agricultores a tais impedimentos tem sido a de continuar com as mesmas práticas, porém de forma oculta. Impedidos de plantar, acabam por construir roças ocultas, aumentando a penosidade física do trabalho, uma vez que elas situam-se em locais distantes. Proibidos de caçar e de extrair palmito e outros produtos da floresta, os agricultores continuam com tais atividades de forma oculta em regiões mais afastadas, com grande esforço físico. Todavia, a esse custo soma-se um outro: o da penosidade moral,¹² já que as práticas para autoconsumo passam a ser tratadas como crime ambiental, sujeitas a punições.

A forma impositiva como é implementada a legislação ambiental na APA promove uma espécie de desapropriação objetiva do conhecimento prático dos agricultores familiares. Antes legítimo, tal conhecimento passa a ser agora considerado como um conheci-

mento leigo “tradicional” que leva à degradação da natureza em oposição a um conhecimento científico “moderno” (fundado nos conhecimentos ecológicos) e por isso mesmo legítimo e conforme as novas exigências estruturais de conservação da natureza, no caso em estudo, a Mata Atlântica.

Esse processo de desapropriação objetiva dos que se localizam em uma posição social de exclusão leva à pauperização simbólica do seu capital de saberes tradicionais em relação ao saber técnico, moderno e legítimo.

Em tal sentido, da forma como é implementada na APA de Guaraqueçaba a legislação ambiental promove uma outra divisão social: os que detêm a legitimidade do saber e, assim, das práticas, e aqueles que não a possuem. Levada a termo, essa cisão opõe os que possuem o conhecimento adequado para o uso dos recursos naturais (os modernos) àqueles que não o têm (os tradicionais), ou seja, naturaliza os grupos sociais em posições cristalizadas (Zanoni *et al.*, 2001).

O plantio para autoconsumo representa mais do que a luta contra a fome, é, antes, um aspecto próprio à identidade do agricultor, ou seja, a busca de sua autonomia expressa na construção da segurança alimentar. As demais práticas de autoconsumo também fazem parte da afirmação da autonomia dos agricultores, além de serem fundamentais para sua sobrevivência. Desconsiderando esse fato, a rígida aplicação da lei ambiental na APA põe em risco a segurança alimentar e o nível de reprodução da força de trabalho das famílias de agricultores.

Mas se o rural se refaz pela atualização de suas práticas tradicionais, isto é, mantendo as práticas de autoconsumo de forma oculta, ele também se recria por meio da incorporação de saberes emergentes, ajustando-se aos contextos novos. Esse é o caso da agroindustrialização dos produtos agrícolas, bem como da reconversão de sua produção para produtos orgânicos, como ocor-

reu com a instalação de uma fábrica de transformação da banana na comunidade de Batuva.

A adoção de novas técnicas, e por isso mesmo a incorporação de novos conhecimentos a seu capital de saberes, revelou a convivência de temporalidades distintas em um mesmo espaço e de uma só vez. A presença de interlocutores externos – pesquisadores da Universidade Federal do Paraná e de outras instituições de pesquisa, representantes de ONGs, técnicos de órgãos governamentais – foi decisiva para o ajustamento desses agricultores às exigências com que se depararam.

Esse fato evidencia a capacidade que esses agricultores têm para realizar alianças visando posicionar-se melhor no espaço social. A venda de banana por parte dos agricultores associados à fábrica da comunidade de Batuva (que comercializa toda sua produção, destinando parte à exportação para a Suíça) permitiu um significativo incremento de sua renda (em alguns casos, o rendimento dessa atividade chegou a 70% do total obtido no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas).

A entrada ao mercado complexo das exportações liga a comunidade a uma rede de relações muito mais ampla que as que corriqueiramente ela mantinha com outras comunidades e cidades vizinhas. Liga os agricultores a processos econômicos mais exigentes quanto à qualidade dos produtos vendidos e a um tipo específico de consumidor, o de produtos orgânicos. Além dos ganhos materiais, tais relações os levam a um ganho de capital simbólico adquirido sob a forma de prestígio, de reconhecimento como comunidade de agricultores que produzem sem agredir o meio ambiente, situando-os em uma outra posição no interior do espaço social, diferentemente do que ocorre, por exemplo, na agricultura que usa agrotóxicos.

Mas a adesão a essas novas práticas produtivas e a conquista do prestígio e respeito não provocaram o abandono das práticas con-

sideradas tradicionais. No plantio para autoconsumo e na coleta de palmito, a utilização da parentela para troca de serviços e os mutirões continuam a existir. As redes de apoio continuam a funcionar e sempre que há interesses a resolver são ativadas,¹³ isto é, o capital social dessas famílias acumulado ao longo da história não se desfez, pelo contrário, se recriou.

Não há dúvida de que a alternativa da agroindustrialização e da reconversão produtiva para a produção orgânica revelou-se pertinente, inclusive constitui-se num instrumento importante em termos políticos. Ela deu aos agricultores a possibilidade de mostrar sua capacidade para produzir sem degradar o meio ambiente. Mas tem um caráter muito pontual e não substitui a necessidade de se ter uma política de desenvolvimento mais ampla que inclua mais famílias a esse processo e diminua a dependência a mercados externos (pois uma crise da importação da banana agroindustrializada geraria dificuldades para manter a fábrica).

Esse caso ilustra, assim, como o duplo bloqueio à agricultura familiar não é um processo que ocorre naturalmente, como se fosse um destino das áreas protegidas. Ao contrário, há uma determinada política de proteção ambiental empreendida pelo poder público sem negociação com os principais agentes – os agricultores e os pescadores – da região. Demonstra também que, ao exercer sua capacidade de conservar aspectos importantes de seu patrimônio sociocultural (mesmo que tenham de desafiar as leis ambientais), ao integrar em suas práticas iniciativas inovadoras (como a agricultura de base ecológica), tais agricultores e pescadores locais ganham poder. Poder no sentido de conseguirem se reproduzir material e simbolicamente como agricultores e, assim, como “sujeitos” da preservação do ambiente.

Essa é uma forma não necessariamente organizada e consciente de *empoderamento*. Por meio de estratégias ditadas pelo seu senso prático, esses produtores se contrapõem a um poder que os exclui ou marginaliza no espaço social em que habitam.

O propósito central deste artigo é ver em que medida as lutas e estratégias de construção de alternativas têm se constituído num processo de empoderamento dos agricultores. Em que medida suas ações transformam-nos, individual e coletivamente, e os convertem em protagonistas da reconfiguração do rural em que vivem?

Uma primeira resposta diz que a ação individual e coletiva dos agricultores familiares de Batava às novas restrições ambientais combina a preservação de importantes práticas do seu patrimônio sociocultural com a inclusão de novos elementos, como a reconversão da base técnica da produção conforme diretrizes agroecológicas, o que resulta em uma transformação positiva na relação entre atividade econômica e conservação da natureza. Esse processo confirma a hipótese da capacidade adaptativa da agricultura familiar e chama a atenção para o fato de que as ações coletivas e individuais dos produtores refazem o rural, mas não completamente. Nesse sentido, deve-se entender o empoderamento como resultado da reapropriação e da reconstrução de categorias de pensamento, classificação e ação dispostas no interior do universo social em que se situam os agentes, eles próprios sendo reconstrutores desse universo social. Concebido dessa maneira, o empoderamento revela que as práticas dos agricultores familiares de Batava são permeáveis a mudanças e que suas estratégias transformam condições adversas de seu cotidiano.

Fetraf: um novo sindicalismo em construção

O terceiro e último caso que estudamos se refere à formação do sindicalismo de agricultores familiares no Sul do país. Trata-se da criação, em 2001, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-SUL-CUT). A questão central da pesquisa consistia em ver em que medida essa federação possibilita a emergência de novas formas organizativas e de participação e luta no meio rural.

Partiu-se da análise de seu discurso e práticas tal como são elaborados, de forma individual ou coletiva, pelos protagonistas do campo sindical¹⁴ (agricultores familiares e dirigentes sindicais) e da análise da visão de outros atores dispostos no campo mais amplo das organizações da agricultura familiar – lideranças regionais, microrregionais e locais.

A FETRAF se constituiu como caudatária do movimento de oposição ao antigo sindicalismo de trabalhadores rurais e pequenos produtores rurais que emergira no país após 1964 e se desenvolvera nos anos 1980. Os fundadores da nova federação se formaram no esteio dessa contraposição aos sindicatos assistencialistas e organizados em estruturas federativas, centralizadas e pouco comprometidas com a idéia de representação participativa.

Assim, a Fetraf estruturou-se visando ampliar os espaços de participação dos agricultores, integrando instâncias comunitárias e microrregionais ao novo tipo de organização. Com esse princípio, apesar de suas limitações e do caráter ainda incipiente das suas propostas, a Federação tem ensinado práticas inovadoras no campo sindical.

Mencione-se, como exemplo, a proposta de organização no local de trabalho (OLT). Embora já existente no sindicalismo cutista, não era uma prática generalizada. A FETRAF a instituiu entre os agricultores familiares criando um trabalho associativo ao nível das comunidades rurais.

A participação dos agricultores familiares em suas várias instâncias tem permitido a emergência de espaços mais democráticos de debate e deliberação. Neste sentido, a estratégia consiste na formação de conselhos comunitários que garantam maior capilaridade na organização sindical. Para isso, são necessárias coordenações microrregionais ou sindicatos regionais. Não basta só ouvir o que os agricultores pensam e querem para a agricultura familiar; é preciso assegurar sua efetiva participação nas definições das lutas e

nas estratégias da Federação. O agricultor de base deve sentir-se capaz de participar, com isso resgatando sua auto-estima como agricultor e cidadão.

Todavia, esses espaços comunitários ainda não expressam uma instância consolidada em toda a base da Federação, pois se percebe que vários sindicatos e algumas lideranças das microrregionais não têm capacidade propositiva e são frágeis para encaminhar lutas e mobilizações. Além disso, a ausência de dirigentes de algumas microrregiões na direção executiva, principalmente daquelas microrregiões mais frágeis politicamente, acaba por mantê-las periféricas na organização sindical.

No entanto, o método para chegar até as comunidades rurais tem um caráter inovador ao resgatar uma prática tradicional – o mutirão – e ressignificá-la como prática organizativa sindical. Trata-se do mutirão da agricultura familiar, uma mobilização dos sindicalistas que se propõe a levar às comunidades representadas na Federação o direito de falar, discutir, propor, integrar-se neste campo de representação. Não é só indicar seus porta-vozes, mas defender e instituir a representação – fazer-se representar efetivamente. O mutirão é o resgate da solidariedade entre os vizinhos por meio do trabalho compartilhado, é o construir com o outro um projeto comum acreditando que o outro deve ser valorizado. A valorização de cada membro desse campo de representação é a afirmação segundo a qual cada um tem o direito de jogar o jogo e, mais ainda, de jogá-lo bem e não ser simplesmente testemunha ou expectador.

Mesmo com insuficiências e caráter ainda pontual, já que não se instituiu como prática permanente e consolidada nos sindicatos e na Federação, o mutirão abre possibilidade para que os agricultores construam um processo de empoderamento fundado na ampliação dos espaços de participação, o que não se restringe ao direito de delegar o poder da representação. Os representados passam a ter a possibilidade de se tornarem porta-vozes dos seus anseios e propostas, mesmo que depois deleguem tais “vozes” para

outro – a liderança, o dirigente sindical. O mutirão foi avaliado pelos agricultores como algo muito rico que deveria ser ampliado.

É a relação entre representantes (dirigentes sindicais) e representados (agricultores familiares) que expressa as diversas possibilidades de configuração do campo de representação, suas características, interações, conflitos e projetos. Os interesses dos agricultores deveriam ser prioridade da Federação. Mas isso não está garantido devido à existência dos interesses próprios dos dirigentes sindicais. O conflito ou o afastamento em relação à base ocorre sempre que o movimento sindical não consegue traduzir em suas bandeiras de luta o desejo dos representados. Mais do que isso, ocorre sempre que suas práticas não expressam a voz dos representados.

Com tal preocupação, os dirigentes da FETRAF são desafiados a mudar suas práticas para evitar um dos problemas do antigo sindicalismo: a profissionalização dos dirigentes e sua desvinculação das atividades, dos problemas e das demandas da categoria que representam. Assim, decidiram manter seus estabelecimentos agrícolas e reservar um dia por semana, no mínimo, para o trabalho na terra. No entanto, a agenda sindical dificulta tal prática, levando vários dirigentes a se distanciarem da produção para se dedicarem à qualificação que permite sua manutenção no movimento sindical. Sua dedicação pode, no entanto, se confundir com sua ambição em se tornarem permanentes porta-vozes dos agricultores, traço que também caracterizava o sindicalismo que combateram.

Além do mutirão e dos conselhos comunitários, a Federação tem incentivado a criação de sindicatos regionais ou associações da agricultura familiar. Com essa preocupação de ampliar suas bases, muitos dirigentes não consideram um problema o fato de a Federação ainda não estar legalizada ante o Ministério do Trabalho. Isso se explica pelo fato de ela ter se organizado em áreas geográficas das antigas federações, desconsiderando a norma da

unicidade sindical. Para eles, é a legitimação conferida pelas bases que leva a Federação a ser reconhecida como entidade representativa dos agricultores familiares e ocupar espaços políticos junto a diversos conselhos (federais, estaduais e municipais), aos partidos políticos e representantes do poderes executivo e legislativo.

Outra novidade que o discurso e as práticas da FETRAF aportaram ao campo da representação foi sua perspectiva de não se limitar à luta sindical, colocando-se também como protagonista na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. Para tanto, a Federação considera necessário atuar em conjunto com várias entidades, especialmente com outras organizações de agricultores familiares. Nessa frente de trabalho, são priorizadas ações ligadas à organização produtiva, tidas como estratégicas para consolidar tanto os agricultores como a própria Federação. A FETRAF constrói parcerias com as demais organizações e ONGs que atuam no campo da agricultura familiar e busca definir práticas que fortaleçam os agricultores, enfatizando a produção, a industrialização e a comercialização, assim como alternativas como a agroecologia e as redes de socioeconomia solidária.

Entre os vários atores que compõem esse campo (além dos atores sindicais, associações de produtores, cooperativas de crédito e ONGs) tanto há convergências como conflitos diversos. Nos espaços locais, no entanto, tais conflitos são menos visíveis. Em geral, os relatos indicaram vínculos que permitem uma articulação não só das lutas e mobilizações como também da gestão dessas entidades. São os laços de parentela, vizinhança e interconhecimento característicos do meio rural e das pequenas localidades que, com frequência, estão na base da constituição desse tipo de cooperação interentidades.

Por sua vez, nos espaços regionais o discurso de articulação nem sempre se efetiva devido à existência de disputa pela representação dos agricultores familiares. Cada entidade busca se consolidar ante seus associados, desenvolvendo, muitas vezes, ações diferen-

ciadas (com finalidades distintas) para um mesmo público sem levar em conta o fato de que boa parte desses associados integra a base de mais de uma entidade. O discurso segundo o qual a FETRAF deveria ser uma entidade guarda-chuva – ou seja, articuladora de todas as demais –, defendido por alguns dirigentes nos primeiros anos da Federação, parece superado, mas o seu efeito ainda perdura no campo da organização dos agricultores familiares, dificultando as parcerias e ações conjuntas.

O potencial e os limites do fortalecimento da agricultura familiar por meio do desenvolvimento sustentável e solidário aparecem na retórica dos dirigentes sindicais da Federação como uma construção que não se viabilizará por meio de práticas isoladas do movimento sindical. Percebe-se que os dirigentes sindicais começam a valorizar as parcerias no interior do campo, não apenas como um princípio abstrato de articulação. Eles passam a refletir sobre essas interações como formas reais de solidariedade. Buscam, assim, efetivar práticas coletivas de reivindicação das políticas públicas e de organização produtiva com o intuito de afirmar as entidades da agricultura familiar como atores políticos na sociedade. Nesse processo, são levados a uma permanente avaliação de suas intenções, de suas proposições e, principalmente, de suas ações. Isso os leva a concretizar uma postura de autocrítica, de reflexão e de auto-reconhecimento do capital acumulado nos espaços de representação do campo sindical.

Após três anos de sua fundação, em função especialmente de seus propósitos, mas também de suas práticas, a FETRAF diferencia-se qualitativamente do velho sindicalismo. Ao mesmo tempo ela inova o campo cutista e provoca uma reavaliação do fazer sindical. O velho *habitus*¹⁵ dos dirigentes sindicais passa a ser questionado e um novo começa a se configurar, especialmente na predisposição para se construir uma abertura à participação mais efetiva dos agricultores, ou seja, um modo de levá-los a ganhar poder na estrutura sindical. Por fim, a ampliação da perspectiva do campo sindical de

se inserir num projeto mais amplo de desenvolvimento sustentável e solidário é outra inovação da FETRAF também visando inscrever os agricultores familiares num processo de empoderamento mais amplo, de caráter societário.

Considerações finais

Os três casos estudados mostram diferentes lutas e estratégias de construção de alternativas a situações excludentes. Em grupos de discussão, os agricultores trocam experiências e certificam de forma participativa os seus produtos e assim terminam construindo um projeto de vida diverso que se distingue do padrão hegemônico. Os agricultores que vivem em uma APA, estabelecem, em rodas informais nas casas dos vizinhos, formas comunitárias de ocultamento das atividades agrícolas e extrativistas proibidas. A investigação mostra ainda como lideranças sindicais buscam construir um sindicalismo de agricultores familiares bem singular. Elas incorporam ao seu discurso e empreendem práticas de inserção direta nas comunidades rurais, diferenciando-se do sindicalismo majoritário.

Como se observou, a noção de empoderamento é polissêmica e serve a objetivos distintos. As três experiências estudadas podem ser analisadas do ponto de vista do empoderamento-comunitário, esta noção expressando a perspectiva de Pignarre e Stengers (2005). Desse modo, o empoderamento é tomado aqui no sentido de “técnica”, estratégia ou processo de constituição de espaços de relações simétricas com vistas à construção da alternatividade ao que é vivenciado como restritivo, excludente e insatisfatório. Inclui-se nessa conceituação a dimensão de mudança de subjetividades, ou seja, a idéia de que um sujeito se constitui reconhecendo o outro. Acrescentou-se a esses significados a proposição de que o processo de empoderamento pode colocar o grupo em posição de promover mudanças em favor dos seus interesses, em suas situações de vida.

Os três casos mostram experiências que buscam sua força de inovação no privilegiamento da ação local. Em formas diferentes, são criados ou utilizados espaços existentes nas comunidades – grupos de vizinhança, de parentela – estimulando discussão em condições de simetria, por meio da roda, do círculo e da informalidade, ultrapassando os marcos das instituições ou organizações que originaram as ações. Os três casos também têm em comum o fato de privilegiarem as ações não violentas, mas que levam a enfrentamentos. São ainda experiências na quais se luta por inserção social e por mudanças no cotidiano dos grupos. Portam tanto um discurso de contraposição ao hegemônico quanto um discurso que elabora um projeto de sociedade solidária e sustentável, nos quais ser agricultor familiar é valorizado. Um projeto de sociedade em que há lugar para os agricultores, mesmo onde predomina uma referência ambiental com a idéia implícita de natureza intocável (APA de Guaraqueçaba).

Já se mostrou o quanto há de hierárquico não simétrico nas relações internas aos grupos estudados, assim como a distância que separa as propostas de algumas práticas implementadas. Se as assimetrias, contradições e conflitos constituem a estrutura e a dinâmica de nossa sociedade, elas também não deixam de permear essas experiências. Mas ao mesmo tempo evidenciam a possibilidade de se criar coletivamente espaços de relações simétricas. Enraizando suas práticas nas comunidades rurais, na vida cotidiana, nos círculos de conversa e discussão, nas trocas e em suas redes, os agricultores geraram disponibilidade para ouvir e falar, revalorizando ou formando identidades que aumentam o poder de elaborar estratégias coletivas de alternativa.

Os principais atores dessas experiências – os agricultores familiares – reafirmam-se assim como artífices de um processo de revitalização do rural como espaço de vida e de trabalho. Integram-se, desse modo, num movimento mais amplo de contraposição ao modelo de sociedade dominante e de busca por formas alternativas de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- BEAULIEU, Marie. *La sociologie de la santé et du vieillissement*. Palestra proferida na UFPR, Curitiba, 18 de abril de 2005.
- BECKER, Daniel Becker et al. *Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. Ciência e saúde coletiva*, v. 9, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set., 2004.
- BENTES, Solange. Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres. *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n.1, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2002
- BRANDEMBURG, Alfio. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.
- BRETON, M. Relating competence: Promotion and empowerment. *Journal of Progressive Human Services*, v. 5, n. 1, 1984.
- BRITTO Santos, Eduardo. *Terra de agricultura, terra de conservação: repensando a natureza, redefinindo o rural: o caso da comunidade rural de Batuva, município de Guaraqueçaba-Paraná*. Dissertação apresentada no mestrado em Sociologia da UFPR, 2004.
- CARVALHO, Sérgio Resende. Os múltiplos sentidos da categoria *empowerment* no projeto de Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 4. Rio de Janeiro: Fiocruz, jul./ago. 2004.
- CULTURAL Empowerment Building an ecologically sustainable society. *Empowerment Resources website*.
- Dictionary definitions of empowerment*. Disponível no site: www.empowermentillustrated.com. Acesso em janeiro 2003.
- DUMORA, Catherine. *Vivre et survivre dans une Aire d'Environnement Protégé: Le cas d'une petite paysannerie de l'APA (Área de Proteção Ambiental) de Guaraqueçaba, Paraná, Brésil*. Tese de doutorado defendida na Universidade de Bordeaux 2, dezembro 2006.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Vers la reconstruction du rural au Brésil. In: ZANONI, M. e LAMARCHE, H. *Agriculture et ruralité au Brésil*. Paris: Karthala, 2001.
- _____. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. *Revista Estudos*

- Sociedade e Agricultura*, n. 18. Rio de Janeiro, abril 2002.
- FETRAF-SUL-CUT. *Resoluções do 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar*. Chapecó: Fetraf-SUL, março 2001.
- FRANCISCO, Edna. *As redes sociais como estratégia de reprodução da agricultura familiar, o caso da comunidade rural de Batuva*. Dissertação de mestrado em sociologia da UFPR, 2002.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Anna Blume, 2002.
- HERRICK, James. *Empowerment practice and social change: the place for New Social Movement Theory*. Trabalho apresentado em *The New Social Movement and Community Organizing Conference*, University of Washington, Seattle, novembro 1995.
- JOLLIVET, Marcel (org.). *Vers um rural postindustrial; rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- LAMARCHE, Hugues. *Rural et Agriculture ou l'histoire d'un impossible divorce*. Paris, 2000, (mimeo).
- PIGNARRE, Philippe e Stengers, Isabelle. *La sorcellerie capitaliste*. Paris: La découverte, 2005.
- PINHEIRO, Gustavo S. R. *Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida*. Dissertação apresentada no mestrado em Sociologia da UFPR, 2004.
- PINTO, Carla. *Empowerment: uma prática de serviço social*. *Política Social*. Lisboa: ISCSP, 1998.
- RAYNAUT, Claude *et al.* *Debates sobre o rural*. Curitiba, UFPR, 2000, (mimeo).
- RAYNAUT, Claude. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 1. Curitiba: Editora da UFPR, 1994.
- RIGER, S. What's wrong with empowerment. *Am J Community Psychology*, 1993; 21: 279-92.
- RISSEL, C. Empowerment: the holy grail of health promotion? *Health Promotion Int* 1994; 9: 39-47.
- RODRIGUES, Almir S. *A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção*. Dissertação apresentada no Mestrado em Sociologia da UFPR, 2004.
- RODRIGUES, Claudia Heloisa Ribeiro e SANTOS, Fernando César Almada. *Empowerment: ciclo de implementação, dimensões e tipologia*. *Gest. Prod.*, v. 8, n. 3 dezembro 2001.
- SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- SILVA, Osvaldo Heller. Considerações sobre a monografia *Estratégias dos Agricultores familiares numa APA*, de Eduardo B. Santos, defendida como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, UFPR, Curitiba, 2000.
- _____. *Les réponses des organisations syndicales agricoles françaises à la question de l'agriculture durable*. Paris, 2005, (mimeo).
- TOURAINÉ, A. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996.
- USDA-Rural Community Empowerment Program. *Home of the Rural Empowerment Zone and Enterprise Community Program*.
- WALLERSTEIN, N. Powerlessness, empowerment, and health: implications for health promotion programs. *Am J Health Promotion*, 1992; 6: 197-205.
- WANDERLEY, M. *Identidade social e espaço de vida*. Texto apresentado para o VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (ALASRU), Porto Alegre, 2002. (CD-ROOM).
- _____. Territorialité et ruralité au Nordeste; vers un pacte social pour le développement rural. In: Zanoni, M. e Lamarche, H. *Agriculture et ruralité au Brésil*. Paris: Karthala, 2001.
- ZANONI, Magda M. M. et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores em Áreas de Proteção Ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza*, n. 3. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

Notas

¹ Ver exemplos do uso da noção nestas diferentes áreas de estudo no Brasil em Bentes, 2001, Hamilton 2002, Carvalho, 2004, Becker, 2004, Rodrigues e Santos, 2001, Wallerstein, 1992.

² A bibliografia do Scielo, por exemplo, apresentava, em início de maio de 2005, 24 referências de artigos em que a palavra *empowerment* ou suas traduções “empoderamento” e “empoderamiento” apareciam no título ou nos resumos. Entre eles, a maioria era de revistas na área da saúde comunitária ou saúde pública. Em segundo e terceiro lugares, estavam os artigos da área de educação e estudos de gênero. Havia também dois artigos na área de gestão empresarial, um sobre ecologia e sociedade e outro sobre sindicalismo rural (também abordando a questão de gênero).

³ Ver o exemplo do *site* USDA-Rural Community Empowerment Program.

⁴ Segundo Beaulieu (2005), algumas obras de Freire foram traduzidas ou novamente publicadas em inglês após sua “redescoberta” pelos que se interessam pela noção de *empowerment*.

⁵ O projeto é coerente com uma crítica da racionalidade econômica como única dimensão possível nas sociedades modernas já que ele faria “tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico” (Gorz, 2003: 27 e 28), o que não levaria em conta os anseios e os projetos individuais dos atores sociais.

⁶ O primeiro “bloqueio” se refere à situação historicamente vivida pela agricultura familiar brasileira que sempre ocupou lugar secundário em relação à grande propriedade. Esta sempre foi beneficiada pelos instrumentos de política agrícola que garantiram a sua modernização promovendo o reconhecimento social do seu modelo produtivo (Wanderley, 2002). Já o segundo bloqueio ocorre quando, em áreas que possuem um conjunto de legislações regulatórias das atividades agrícolas e proíbem a extração dos recursos florestais, não se apresentam atividades econômicas alternativas compatíveis com a preservação dos recursos naturais. Essa ausência intensifica a precarização no funcionamento da agricultura familiar. Pode-se então dizer que essa forma social de agricultura experimenta o processo de “duplo bloqueio” (Ferreira, 2001).

⁷ O patrimônio sociocultural constitui a herança do passado que informa as ações presentes e os projetos de vida dos agricultores em diferentes medidas conforme o contexto social mais amplo em que vivem (Lamarche, 2000).

⁸ Capital social está aqui definido, no sentido de Pierre Bourdieu, como rede própria de relações sociais duráveis, fundadas em trocas materiais e imateriais reconhecidas entre grupos sociais e entre os indivíduos. Um maior volume de relações sociais (um maior volume de capital econômico ou cultural, por exemplo) possuído por um grupo em relação a outro (ou por um indivíduo em relação a outro) pode contribuir para a reprodução de desigualdades, sem serem percebidas como tais. Ver, entre outras obras de Bourdieu, *Les structures sociales de l'économie* (2002).

⁹ Espécie de conhecimento prático sobre o mundo habitado incorporado na trajetória dos agentes sociais sem ser reconhecido como tal, ele comanda as condutas dos agentes para manter-se em seu espaço social, isto é, para continuar ocupando a posição que detém na hierarquia de posições distribuídas no espaço social (no caso em questão, a conversão para

a agricultura orgânica), o que não exclui formas de resistência ativas (como roças ocultas). Para a definição do conceito, ver Bourdieu, 1980.

¹⁰ Capital de saberes é o conjunto de conhecimentos práticos que organizam as representações dos agricultores familiares postas em curso em suas atividades cotidianas como, por exemplo, a decisão de plantar em um determinado local considerado mais fértil, não caçar no inverno porque a “caça é magra porque vai procriar”, plantar no período de uma tal lua etc. Entretanto, não é apenas um conjunto de conhecimentos herdados, eles têm um valor socialmente determinado e que é, por isso mesmo, classificado como “tradicional”, “leigo”, “moderno” etc.

¹¹ Acerca dessa discussão, entre outros, ver Ferreira, 2002.

¹² Conceito sugerido por Osvaldo Heller da Silva (2000) e que assinalava o peso moral vivido pelo agricultor familiar visto como um “ criminoso” por “plantar para comer,” conforme declaração obtida em entrevistas de campo.

¹³ Os trabalhos de Edna Francisco (2002) e de Catherine Dumora (2006) possuem rica análise sobre a construção dessas redes e sua importância em relação às práticas reprodutivas das famílias em Batuva.

¹⁴ Utiliza-se o conceito de campo conforme Bourdieu (1983). Segundo o autor, o campo é um espaço social em que existem relações de força entre agentes que disputam objetos e interesses específicos do campo. Para que o campo exista é preciso que haja o jogo da disputa e, principalmente, que os indivíduos ou grupos conheçam as regras do jogo. O campo deve ser definido pela oposição entre dominantes e dominados, dependendo das possíveis relações aí desenvolvidas em função do acúmulo de capital de cada indivíduo ou grupo dentro de determinado campo. Vale lembrar que a estrutura de cada campo é dinâmica, não existindo posições estanques.

¹⁵ A noção de *habitus*, junto com a noção de campo, tem um destaque nas elaborações de Bourdieu (1983: 60-61), sendo fruto de um processo de reflexão das várias abordagens sobre *habitus* ao longo da história. Para esse autor: “As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras”.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno *et. al.* Resistência e empoderamento no mundo rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2007, vol. 15, no. 1, p. 123-159. ISSN 1413-0580.

Resumo. (*Resistência e empoderamento no mundo rural*). Este trabalho faz uma discussão sobre as formas de resistência e de empoderamento que os agricultores familiares estabelecem e que os levam a protagonizar processos de mudança e ressignificação do rural em que vivem. Baseia-se em estudos realizados no Paraná e analisa: a) a criação da Fetraf-Sul, uma organização sindical de agricultores familiares que pretendeu inovar nos princípios de representação; b) a formação da Rede Ecovida que se organizou com o objetivo de garantir a certificação participativa dos agricultores segundo os padrões da agricultura orgânica; e c) as estratégias que eles estabelecem para contornar as restrições impostas às suas práticas de produção e extrativismo na APA em que vivem. O texto se refere a diferentes formas de resistência e luta que buscam objetivos similares: a afirmação do caráter multidimensional da pequena agricultura familiar; a construção de estratégias alternativas aos modelos hegemônicos de agricultura e ruralidade; a reafirmação de sua identidade como agricultores que ganham a nova dimensão de atores nos processos de “desenvolvimento sustentável”.

Palavras-chave: empoderamento, agricultores familiares, ruralidade, desenvolvimento sustentável.

Abstract: (*Resistance and empowerment in the rural world*). This paper discusses the different forms of resistance and empowerment established by family farmers, leading them to act as protagonists in processes of change and re-signification of contemporary rural life. It is based on studies carried out in the state of Paraná analyzing: a) the creation of the FETRAF-Sul, a labor organization of family farmers that aims at innovative principles of representation; b) the formation of Rede Ecovida, created in order to guarantee the participatory certification of family agriculture products according to organic agriculture standards; c) strategies

devised by farmers living in an environmental protection area to escape controls on their agricultural and collecting practices. Their differences notwithstanding, the three forms of resistance and struggle studied here seek similar goals: the assertion of the multi-dimensional nature of small-scale family farming; the construction of alternative strategies in face of the hegemonic models of agriculture and rurality; the reaffirmation of their identity as farmers, with a new dimension - that of actors in the processes of 'sustainable development'.

Keywords: empowerment, small-scale family farms, rurality, sustainable development.